

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	51
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.964.596.762
Preferenciais	0
Total	2.964.596.762
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	12.282.778	12.418.434
1.01	Ativo Circulante	5.644.111	5.730.271
1.01.01	Disponibilidades	31.522	50.478
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.403.469	548.627
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.240.235	337.998
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	199.501	246.896
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-36.267	-36.267
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.525.686	2.602.573
1.01.03.01	Carteira Própria	1.485.618	2.291.840
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	40.068	310.733
1.01.04	Relações Interfinanceiras	353.088	355.318
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	11.627	3.306
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	341.450	352.001
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	11	11
1.01.05	Relações Interdependências	0	510
1.01.06	Operações de Crédito	2.030.065	1.833.178
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	219.791	221.543
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.869.378	1.667.793
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-59.104	-56.158
1.01.08	Outros Créditos	299.004	339.005
1.01.08.01	Carteira de Cambio	31.278	27.444
1.01.08.02	Rendas a Receber	51.296	56.623
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	795	958
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	43.518	44.748
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	25.377	29.100
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	11.791	18.236
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	112.418	109.178
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	13	25
1.01.08.09	Diversos	25.539	57.588
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-3.073	-4.914
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	52	19
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.277	582
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.126	1.158
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-669	-670
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	820	94
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.382.586	6.428.777
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	4.071.339	4.242.330
1.02.02.01	Carteira Própria	3.989.738	4.163.593
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	81.601	78.737
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.413.201	1.288.400
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	261.902	266.323
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.176.004	1.044.835
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-24.705	-22.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1.02.07	Outros Créditos	885.477	885.478
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	885.121	885.070
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	357	408
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	-1	0
1.03	Ativo Permanente	256.081	259.386
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	147.408	150.332
1.03.02.01	Imóveis de Uso	53.276	52.178
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	178.917	179.332
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.029
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-132.814	-129.207
1.03.04	Intangível	108.406	108.787
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	188.966	185.969
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-80.560	-77.182
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	41.035	41.035
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	-41.035	-41.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	12.282.778	12.418.434
2.01	Passivo Circulante	6.604.702	6.918.786
2.01.01	Depósitos	3.035.077	2.808.997
2.01.01.01	Depósitos à Vista	773.106	736.098
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	590.079	586.661
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	16.958	22.830
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.654.934	1.463.408
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	39.999	310.128
2.01.02.01	Carteira Própria	39.999	310.128
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	55	0
2.01.03.01	Recursos Letras Imobiliárias	55	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	18.775	2.104
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	18.775	2.104
2.01.05	Relações Interdependências	4.339	549
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	4.160	410
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	179	139
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	8.056	37.268
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	8.056	37.268
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	107.472	96.874
2.01.07.01	Tesouro Nacional	34.198	34.399
2.01.07.02	BNDES	39.115	37.085
2.01.07.04	Finame	34.092	25.301
2.01.07.05	Finep	67	89
2.01.09	Outras Obrigações	3.390.929	3.662.866
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	92.814	1.849
2.01.09.02	Carteira de Cambio	1.590	232
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	77.234	75.557
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	93.339	114.551
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	67	384
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	2.499.782	2.794.206
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	74.609	69.680
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	392.319	384.296
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	29.153	30.102
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	47.642	55.592
2.01.09.11	Cheques Administrativos	816	11.109
2.01.09.12	Credores Diversos	33.888	35.170
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	11	11
2.01.09.14	Passivos Atuariais	44.561	90.127
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	3.104	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.901.414	3.788.056
2.02.01	Depósitos	314.573	384.032
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	314.573	384.032
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	21.856	0
2.02.02.01	Empréstimos no Exterior	21.856	0
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	573.061	526.659

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.07.01	Tesouro Nacional	8.041	9.026
2.02.07.02	BNDES	366.488	339.816
2.02.07.04	Finame	197.659	176.966
2.02.07.05	Finep	873	851
2.02.09	Outras Obrigações	2.991.924	2.877.365
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	8.071	8.263
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	177.089	145.819
2.02.09.03	Passivos Atuariais	493.348	442.988
2.02.09.04	Diversas	1.313.416	1.277.276
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	1.003.019
2.05	Patrimônio Líquido	1.776.662	1.711.592
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.623.252
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	24.996	25.230
2.05.03.01	Ativos Próprios	24.996	25.230
2.05.04	Reservas de Lucro	609.354	609.354
2.05.04.01	Legal	102.024	102.024
2.05.04.02	Estatutária	507.330	507.330
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-545.765	-548.497
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.572	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	357.812	265.879
3.01.01	Operações de Crédito	139.181	83.255
3.01.02	Resultado Oper.Tit.Val.Mobiliários	218.346	182.187
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-7.934	0
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	8.219	146
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	0	291
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-204.682	-154.759
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-70.228	-52.226
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-117.075	-88.458
3.02.03	Provisão Oper.Crédito e Outros Créditos	-17.379	-14.075
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	153.130	111.120
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-6.800	-42.786
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	175.896	156.556
3.04.02	Despesas de Pessoal	-116.071	-101.848
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-63.003	-57.006
3.04.04	Despesas Tributárias	-25.569	-20.217
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	152.543	123.791
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-130.596	-144.062
3.05	Resultado Operacional	146.330	68.334
3.06	Resultado Não Operacional	1.243	680
3.06.01	Receitas	1.270	728
3.06.02	Despesas	-27	-48
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	147.573	69.014
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-85.235	-59.701
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	62.338	9.313
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,02103	0,00314

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	62.338	9.313
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.966	-6.118
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.554	-10.426
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	390	389
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	-1.978	3.919
4.03	Resultado Abrangente do Período	65.304	3.195

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	621.088	-191.988
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	214.753	162.644
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	62.338	9.313
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	7.503	7.612
6.01.01.06	Provisão p/oper.crédito e outros créditos	17.384	14.088
6.01.01.10	Ganhos de Capital	-310	-216
6.01.01.12	Despesas de provisões p/ passivos contingentes	82.912	56.682
6.01.01.13	Despesas de provisões p/ riscos do FNO	47.306	81.272
6.01.01.15	Reversão de prov. p/ oper. crédito e outros créditos	-5	-13
6.01.01.16	Reversão de Outras provisões operacionais	-63	-29
6.01.01.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-7.283	-6.713
6.01.01.18	Resultado com variação cambial	4.302	-383
6.01.01.19	Baixa do Intangível	0	1.031
6.01.01.20	Provisão para Bens não de uso	669	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	406.335	-354.632
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em TVM para negociação	980.265	-14.844
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Valores e Bens	-689	-432
6.01.02.03	(Aumento) em Aplicações Inter.Liquidez	47.395	-208.580
6.01.02.04	Aumento em Rel. Interf.e Interd.	23.200	73.870
6.01.02.05	(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	-339.067	-162.064
6.01.02.06	(Aumento) em Outros Créditos	43.105	-12.832
6.01.02.07	Aumento em Depósitos	156.621	154.600
6.01.02.08	(Redução) em Obrig.Empr. e Repasses	49.644	20.509
6.01.02.09	Aumento em Captações no Merc.Aberto	-270.074	10.994
6.01.02.10	(Redução)/Aumento em outras Obrigações	-251.654	-190.216
6.01.02.11	(Aumento)em imposto de renda e contribuição social pagos	-32.411	-25.637
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	262.193	314.929
6.02.01	Redução/(Aumento) em TVM disponíveis p/ venda	264.798	316.276
6.02.02	Redução em TVM mantidos até o vencimento	2.269	-983
6.02.03	Inversões em Imobilizações de Uso	-1.202	0
6.02.04	Alienação do Imobilizado de Uso	0	7
6.02.07	Aplicação no Intangível	-2.997	-100
6.02.09	Adição de Bens não de uso	-675	0
6.02.10	Adição em imobilizado de uso	0	-271
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	883.281	122.941
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	388.476	1.021.551
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.271.757	1.144.492

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	25.230	609.354	0	-548.497	1.711.592
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	25.230	609.354	0	-548.497	1.711.592
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	62.338	0	62.338
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	2.732	2.732
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-546	-546
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial - CVM 695	0	0	0	0	0	3.278	3.278
5.12	Outros	0	0	-234	0	234	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-390	0	390	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/ Reserva de reavaliação	0	0	156	0	-156	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	24.996	609.354	62.572	-545.765	1.776.662

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	9.313	0	9.313
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-6.120	-6.120
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.344	-1.344
5.07.04	Ajustes de Aval.patrim.-Adoção Del.CVM 695/2012	0	0	0	0	0	-4.776	-4.776
5.12	Outros	0	0	-234	0	234	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-389	0	389	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/ Reserva de Reavaliação	0	0	155	0	-155	0	0
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	25.940	899.872	9.547	-529.094	1.628.187

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	670.115	532.831
7.01.01	Intermediação Financeira	357.812	265.879
7.01.02	Prestação de Serviços	175.896	156.556
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.379	-14.075
7.01.04	Outras	153.786	124.471
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-187.303	-140.684
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-182.965	-190.757
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-9.728	-8.130
7.03.02	Serviços de Terceiros	-42.641	-38.565
7.03.04	Outros	-130.596	-144.062
7.04	Valor Adicionado Bruto	299.847	201.390
7.05	Retenções	-7.503	-7.612
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.503	-7.612
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	292.344	193.778
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	292.344	193.778
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	292.344	193.778
7.09.01	Pessoal	95.468	83.288
7.09.01.01	Remuneração Direta	73.660	62.587
7.09.01.02	Benefícios	16.236	15.237
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.572	5.464
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	131.407	98.478
7.09.02.01	Federais	128.845	96.184
7.09.02.02	Estaduais	21	7
7.09.02.03	Municipais	2.541	2.287
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.131	2.699
7.09.03.01	Aluguéis	3.131	2.699
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	62.338	9.313
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.338	9.313

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º TRIMESTRE DE 2015

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativas ao primeiro trimestre de 2015, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1 - PANORAMA ECONÔMICO

A conjuntura internacional nos três primeiros meses de 2015 se caracterizou pela subida do dólar frente às demais moedas, a expectativa de elevação da taxa de juros dos Estados Unidos e a queda nos preços de algumas *commodities*, influenciando negativamente o desempenho das economias dos países emergentes, com queda no fluxo de capital para essas economias e nas receitas das exportações, sobretudo de petróleo.

No cenário interno, a conjuntura internacional, aliada ao pacote de ajustes fiscais que vem sendo implantado, resultou num fraco desempenho da atividade econômica, o que se refletiu particularmente na produção industrial nacional, que registrou queda de 0,9% em fevereiro, em comparação com janeiro, quando obteve alta de 0,3%.

A despeito disso, houve aumento de 0,5% no crédito total do sistema financeiro em fevereiro, frente a janeiro, atingindo um montante de R\$3,1 trilhões, com destaque para o crescimento da carteira de pessoa jurídica (0,6%), enquanto para pessoa física o crescimento foi de 0,3%. A carteira de recursos livres aumentou 0,1% no mês e 5,2% em 12 meses, ao passo que os recursos direcionados cresceram 0,8% em fevereiro e 18,1% em 12 meses.

Em relação à inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o mês de março fechou em 1,32%, 0,10 ponto percentual acima do registrado em fevereiro.

Nas contas externas, a balança comercial brasileira apresentou superávit em março – o primeiro do ano. No acumulado do primeiro trimestre de 2015, o saldo foi negativo, porém inferior ao alcançado em igual período de 2014.

2 - AÇÕES ESTRATÉGICAS

Revisão do Planejamento Estratégico

O ano de 2015 iniciou com a atualização e definição de ações para o Planejamento Estratégico 2015-2019, que resultou em maior cooperação de toda Instituição em busca de soluções eficazes voltadas para o alcance da missão e visão do Banco da Amazônia, assim como por resultados sólidos e rentáveis.

Principais Ações Estratégicas

As principais ações estratégicas em andamento para o fortalecimento do Banco em busca dos resultados traçados são: novo modelo de gestão de pessoas, iniciando a fase II de construção e implantação de todos os subsistemas de RH; novo modelo de atuação do jurídico, com objetivo de criar, viabilizar, adaptar e racionalizar os processos e a estrutura do departamento para permitir um funcionamento eficiente, eficaz e efetivo, com destaque às boas práticas de processos e controles para minimizar os riscos; apoio à pesquisa científica e tecnologia para a Amazônia disponibilizando cerca de R\$1,0 milhão para 2015; promoção de encontros estratégicos, tais como os “Encontros de Projetistas”, cujo objetivo foi o fortalecimento da parceria com empresas e profissionais elaboradores de projetos e prestadores de assistências técnica e uniformização de procedimentos e melhoria da qualidade dos projetos de financiamento; foram firmadas parcerias e convênios de cooperação com governos estaduais e municipais; avanços nos projetos estratégicos de implantação e aperfeiçoamento do processo de modelagem e de gestão do risco de crédito; na área de TI, destacam-se o desenvolvimento de novas tecnologias de rede e comunicação, e ainda novos serviços e sistemas voltados para melhoria dos processos e eficiência do Banco, os quais ampliam os meios de pagamento oferecidos aos clientes.

Programa Supera Mais 2015 – “Vamos juntos construir um Banco cada vez mais forte e competitivo!”

O Programa Supera Mais 2015 é o instrumento de avaliação de desempenho, que objetiva alinhar as ações das unidades e mensurar sua eficácia no cumprimento das metas e objetivos estratégicos, sendo composto das seguintes perspectivas:

Comentário do Desempenho

- **Subprograma “Mais Resultados”** – Ampliação do foco de atuação, incluindo, além do resultado gerencial, os indicadores de receita com tarifas de serviços, receitas de pacotes de tarifas, recuperação de crédito e índice de cobertura da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD);
- **Subprograma “Mais Negócios”** – Compreende a aplicação e liberação de crédito (comercial e fomento), envolvendo as operações nos segmentos Pessoa Física e Pessoa Jurídica, de todos os portes, com foco especial no atendimento das micro e pequenas empresas (MPEs), empreendedores individuais e microcrédito.
- **Subprograma “Mais Controles”** – Mensura o desempenho das unidades na consecução das iniciativas de mudança e inovação nos processos operacionais, buscando a eficiência necessária. Incorpora também indicadores voltados à gestão de processos, à ética na condução de processos, controle, mitigação de riscos, eficiência e controle de inadimplência de curto prazo.
- **Subprograma “Programas de Governo”** – Acompanha a *performance* das unidades na consecução de um conjunto de ações que buscam propiciar a reordenação da base produtiva regional, promovendo o desenvolvimento das atividades econômicas com as boas práticas de sustentabilidade, de forma coordenada e alinhada às políticas, planos e programas do Governo Federal e dos Estados da região.
- **Subprograma “Mais Clientes”** – Visa um relacionamento mais estreito entre o Banco e os clientes, pela identificação dos clientes negociais, cálculo de limites de crédito, abertura de novas contas correntes e pacotes de tarifas.

Os ajustes realizados no programa contribuíram para a melhora nos resultados do 1º trimestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014, com destaque para os seguintes indicadores:

- **Mais Clientes:** foram captados no 1º trimestre de 2015, 5.508 novos clientes, superando em 17,1% (4.703 clientes) a captação do mesmo período de 2014;
- **Fomento Contratação:** crescimento de 5,6% atingindo R\$932,3 milhões (R\$883,0 milhões no 1º trimestre/2014);
- **Receitas de Prestação de Serviço:** evoluíram 19,3% alcançando R\$151,4 milhões no período (R\$127,0 milhões no 1º trimestre/2014);
- **Volume de crédito para Micro e Pequena Empresa:** crescimento de 5,0%, sendo R\$160,0 milhões no 1º trimestre/2015, contra R\$152,4 milhões no 1º trimestre/2014;

3 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

O Banco da Amazônia apresentou no 1º trimestre de 2015, lucro líquido de R\$62,3 milhões, registrando crescimento de 569,4 % em relação ao 1º trimestre de 2014 (R\$ 9,3 milhões), com destaque para:

Resultado Operacional

O Resultado Operacional evoluiu 114,1% no 1º trimestre de 2015, passando de R\$68,3 milhões (1º trimestre/2014) para R\$146,3 milhões, fruto das ações estratégicas do Banco que consistiram no fortalecimento das receitas, especialmente de operações de crédito e resultado com títulos e valores mobiliários (TVM), além do controle eficiente das despesas, principalmente as de provisão de crédito como base na melhoria da qualidade das operações de fomento, destacando-se:

- Elevação das Receitas de Operações de Crédito em 67,2%;
- Evolução do resultado com Títulos e Valores Mobiliários de 19,8%;
- Crescimento de 23,2% de Outras Receitas Operacionais;
- Redução de 9,3% de Outras Despesas Operacionais.

Crédito de Fomento

As ações do Programa “Supera Mais 2015” permitiram, no 1º trimestre de 2015, que o volume de contratações no crédito de fomento chegasse ao patamar dos R\$932,3 milhões, superando em 5,6% o desempenho do 1º trimestre de 2014 (R\$883,0 milhões). Teve como principal fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujo volume atingiu R\$784,4 milhões, representando 84,1% do volume contratado. Destacam-se as operações com as fontes oriundas da poupança rural (CPR) que cresceu 457,9% (R\$80,8 milhões no 1º trimestre/2015 contra R\$14,5 milhões no 1º trimestre/2014) e recursos próprios obrigatórios (ROB) que apresentou crescimento de 70,9% (R\$39,2 milhões no 1º trimestre/2015 contra R\$23,0 milhões no 1º trimestre/2014).

Comentário do Desempenho

Crédito para Micro e Pequenas Empresas (MPes)

No primeiro trimestre de 2015, o Banco da Amazônia contratou 915 operações, no montante de R\$183,2 milhões. Em função das dificuldades que passa a economia do país, as operações decresceram 9,1% em quantidade e 4,4% em volume de crédito em comparação com o mesmo período de 2014. O setor com maior participação no crédito foi o de comércio, com 52,2% do montante total, seguido de serviços, com 21,2% das operações para MPes.

Crédito para Microempreendedores Individuais (MEI)

O Programa FNO-MEI vem avançando de forma significativa em sua atuação no Banco. Neste 1º trimestre foi realizada a capacitação presencial de 100 empregados das agências e das Superintendências que aplicam o recurso do FNO, com o objetivo de alavancar os números com qualidade. Quanto à aplicação no 1º trimestre de 2015, houve contratações de mais de R\$3,1 milhões sendo que R\$2,1 milhões somente com recurso do FNO, representando crescimento de 63,1% em comparação com o 1º trimestre de 2014.

Microcrédito Produtivo Orientado – Programa AMAZÔNIA FLORESCER

Alinhado ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o Programa Amazônia Florescer atende de forma ágil e sem burocracia aos pequenos negócios, tanto na área urbana, quanto na zona rural. Desde o início de suas atividades, em dezembro de 2007, o “Amazônia Florescer” já realizou 136.456 atendimentos e aplicou R\$206,6 milhões.

No Microcrédito Urbano, no 1º trimestre de 2015, foram atendidos 9.717 clientes e aplicados o montante de R\$17,9 milhões, um crescimento na aplicação de 14,0% quando comparado ao 1º trimestre de 2014. Com relação ao Microcrédito Rural, o atendimento chegou a 681 agricultores familiares e volume de aplicação da ordem de R\$2,2 milhões. Desde 2009, já foram atendidos 20.722 agricultores familiares com recursos que totalizam R\$55,9 milhões.

Crédito para a Agricultura Familiar

O Banco da Amazônia, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vem apoiando o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade política, social, cultural e ambiental.

No Plano Safra 2014/2015 até 31/03/2015, foram aplicados R\$514,4 milhões, sendo realizadas 20.933 operações. Neste ano, foi aplicado na agricultura familiar o montante de R\$146,8 milhões, com a realização de 5.222 operações. Em relação ao primeiro trimestre de 2014, onde foram aplicados R\$158,4 milhões, com a efetivação de 7.692 operações, observamos uma redução de 7,3% na aplicação, ocasionada pelas enchentes na Região Norte.

Crédito Comercial

O saldo médio da carteira comercial encerrou o 1º trimestre de 2015 com R\$1.512,4 milhões, representando um aumento de 22,7% em relação ao mesmo período de 2014 (R\$ 1.232,4 milhões).

Operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

A carteira TVM está assim distribuída: 70,5% de títulos públicos federais, principalmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e 29,5% por títulos privados (letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures).

No 1º trimestre de 2015, o resultado com títulos e valores mobiliários atingiu R\$218,3 milhões, contra R\$182,2 milhões no mesmo período do ano passado, resultando em um crescimento de 19,8%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R\$168,7 milhões (R\$150,1 milhões no 1º trimestre de 2014), seguidas das rendas com aplicações interfinanceiras, no montante de R\$40,7 milhões (R\$32,1 milhões no 1º trimestre de 2014).

Recuperação de Créditos

Parte do Programa “Supera Mais”, as diversas iniciativas por parte do Banco, no sentido de dar mais agilidade e foco às ações de recuperação de crédito, resultaram em uma recuperação do volume de R\$32,9 milhões, crescimento de 24,3% em relação ao 1º trimestre/2014 (R\$26,4 milhões).

Captação de Recursos:

✓ Depósitos

No 1º trimestre de 2015 a carteira de depósitos encerrou com saldo médio de R\$3.298,1 milhões (R\$3.289,6 milhões no 1º trimestre/2014), com destaque para o crescimento dos depósitos de poupança (de R\$559,6 para R\$591,7 milhões) e a prazo (de R\$1.154,2 milhões para R\$1.280,0 milhões).

Comentário do Desempenho

✓ Empréstimos e Repasses

Para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco cresceu em captações oriundas de órgãos governamentais (BNDES, Finame, STN e Finep), passando, de R\$539,1 milhões no 1º trimestre de 2014 para R\$680,5 milhões no 1º trimestre de 2015.

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 1º trimestre de 2015 com um Patrimônio Líquido ajustado de R\$1.776,7 milhões (R\$1.628,2 milhões no 1º trimestre/2014), representando um crescimento de 9,1%.

Índice da Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com o grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º trimestre de 2015 encerrou com um índice de Basileia de 17,6% (12,7% no 1º trimestre/2014).

4 – REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia, na condição de agente financeiro do Governo Federal, está alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que visa o fortalecimento de municípios considerados de baixa renda ou estagnados, propiciando a disponibilização de crédito e serviços bancários, fomentando a região, e criando fatores favoráveis à geração de emprego e renda de forma sustentável. Desse modo, para atingir os objetivos priorizados, potencializar seus negócios, proporcionando capilaridade à Instituição e comodidade a seus clientes, o Banco encerrou o 1º trimestre de 2015, com 158 pontos de atendimento, dos quais 124 são agências e 34 postos de atendimento, distribuídos em onze unidades da Federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

5 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No 1º trimestre de 2015, a área de TI atuou equilibrando seus esforços entre o desenvolvimento de novos projetos e a melhoria de sistemas, integrações e ambiente computacional. Neste contexto, destaca-se a substituição dos cartões magnéticos pelos cartões com *chip VISA Electron*; implantação do Portal Educacional e Portal de Produtos; duplicação na velocidade de dados disponível para acesso à *internet*; atualização e aumento da capacidade de armazenamento de dados do *datacenter (storage)*; redefinição dos processos de monitoração, diminuindo o tempo de recuperação dos serviços críticos e ações de disponibilidade; instalação de 91 novos equipamentos de autoatendimento e atualização de 39 equipamentos dispensadores de folhas de cheque nas agências.

6 – OUTROS DESTAQUES

Patrocínios

O Banco da Amazônia, neste primeiro trimestre de 2015, procedeu à divulgação do resultado da seleção pública de projetos de patrocínio, onde foram contemplados 132 projetos em toda a Amazônia Legal. Essas ações visam o fortalecimento da marca e a geração de negócios por meio do apoio às iniciativas ambientais, sociais, esportivas, artísticas e culturais, além da atuação em feiras e exposições em todos os estados da Amazônia.

Publicidade e Propaganda

Criação de novas peças gráficas e eletrônicas para divulgação de produtos e serviços do Banco, tais como: banners de internet, nova identidade do produto *mobile banking*, portfólio para clientes dos segmentos pessoa física e jurídica, além do desenvolvimento das novas páginas de agronegócios e seleção de projetos.

Eventos Corporativos

Destaca-se a realização do evento anual de reconhecimento Melhores da Amazônia, onde foram reconhecidas 32 agências, 03 superintendências, 07 gerências de relacionamento e 03 unidades da matriz. Foram executados também projetos para motivação de empregados como o Dia Internacional da Mulher e *Workshop* sobre Cenários Econômicos com a assinatura de protocolos de intenção com os Governos de todos os estados da Amazônia Legal, para aplicação de recursos e união em prol do desenvolvimento regional, com expressiva participação de clientes, acionistas, lideranças, formadores de opinião, instituições parceiras e sociedade.

Comentário do Desempenho

7 - GESTÃO DE PESSOAS

Composição do quadro de pessoal

O Banco encerrou o 1º trimestre de 2015 contando com 3.749 colaboradores (3.759 no 1º trimestre/2014), sendo 3.173 empregados e 576 estagiários (3.199 empregados e 560 estagiários no 1º trimestre/2014).

8 - CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (CAPAF)

Em cumprimento a decisão do Judiciário, o Banco continua repassando mensalmente à CAPAF recursos para pagamento da folha de benefícios do plano de benefício definido.

Com relação a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000 ingressada pela Advocacia Geral da União, em abril de 2014, perante o TRT da 16ª Região (MA), visando rescindir decisão da 1ª Vara do Trabalho do Maranhão, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF, permanece, ainda, em fase de instrução para posterior julgamento. Em maio de 2014, o relator da Rescisória concedeu medida liminar determinando a suspensão do cumprimento da sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida. O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O autor contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

9 - CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na forma da Circular do Banco Central nº 3.068/2001, no montante de R\$306,4 milhões, os quais representam 5,5% do total da carteira de títulos.

10 - AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em cumprimento a IN CVM nº 381/2003, o Banco declara que, no 1º trimestre de 2015, a KPMG não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A Administração.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

- Nota 1 - Contexto Operacional
- Nota 2 - Apresentação das Informações Trimestrais
- Nota 3 - Principais Práticas Contábeis
- Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa
- Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
- Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
- Nota 7 - Carteira de Crédito
- Nota 8 - Outros Créditos
- Nota 9 - Permanente
- Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto
- Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
- Nota 12 - Obrigações por Repasses
- Nota 13 - Outras Obrigações
- Nota 14 - Patrimônio Líquido
- Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social
- Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado
- Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
- Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
- Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
- Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
- Nota 22 - Partes Relacionadas
- Nota 23 - Benefícios a Empregados
- Nota 24 - Remuneração Paga aos Empregados
- Nota 25 - Processo de Gerenciamento de Riscos
- Nota 26 - Análise de Sensibilidade
- Nota 27 - Demonstração do Resultado Abrangente
- Nota 28 - Outras Informações

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco), é uma instituição financeira, organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº19), administra o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 18).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº11.638/2007 e pela Lei nº11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *Internacional Financial Reporting Standard* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas Informações Trimestrais do Banco os seguintes pronunciamentos:

Resolução nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Resolução nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).

Os pronunciamentos acima foram aprovados pelo Banco Central do Brasil.

2.1 Reclassificação de saldos contábeis

Alguns saldos das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente emitidas em 10 de fevereiro de 2015, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Trimestrais do período findo em 31 de março de 2015.

As reclassificações realizadas foram em decorrência de mudança de política contábil devido a interpretação dada pelo Banco Central do Brasil (órgão regulador) do previsto no inciso X do art. 16, e § 2º, inciso XIV do art. 16, que diz respeito da classificação dos Instrumentos Elegíveis à Capital Principal (IECP), por meio do nº6.322/15 – BCB/Desup. De 29 de abril de 2015.

O Banco da Amazônia ajustou os saldos comparativos de 2014 para a apresentação nas Informações Trimestrais de 31 de março de 2015 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos. As reclassificações realizadas estão em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A seguir, apresentamos um resumo das Demonstrações Financeiras que tiveram reclassificações para uma melhor compreensão dos efeitos:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo Não Circulante	2.805.936	982.120	3.788.056
Outras Obrigações	1.895.245	982.120	2.877.365
Instrumentos De Dívida Elegíveis a Capital (a)	20.899	982.120	1.003.019
Patrimônio Líquido	2.693.712	(982.120)	1.711.592

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PL	31.12.2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Instrumentos De Dívida Elegíveis a Capital (a)	982.120	(982.120)	-
Patrimônio Líquido	2.693.712	(982.120)	1.711.592

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para atendimento à interpretação dada pelo órgão regulador - Banco Central do Brasil – por meio do ofício citado anteriormente, com a finalidade de proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- (a) Instrumentos Elegíveis à Capital Principal (IECP): Os saldos do patrimônio líquido foram reclassificados para a rubrica de Outras obrigações, conforme elucidado pela interpretação do Banco Central do Brasil, cuja natureza encontra-se na nota explicativa nº 13.

Os montantes apresentados em cada atividade da demonstração dos fluxos de caixa, do resultado do exercício, do resultado abrangente e a da demonstração do valor adicionado não sofreram alterações relevantes entre saldos originalmente apresentados e os saldos reapresentados.

As demonstrações financeiras de março de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2015.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

As Informações Trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações. Os ativos não monetários permanecem registrados ao custo histórico.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (nota nº 4).

d) Ativo e Passivo (Circulante e Não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata dia*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares Bacen nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para Negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos Disponíveis para Venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de contrato futuro, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas (*hedge* de risco de mercado), utilizado exclusivamente para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos ou passivos financeiros.

As operações de contrato futuro são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços anuais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizados parâmetros divulgados pela

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BM&FBovespa.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições do *hedge*, a relação de proteção é terminada.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item de *hedge* estão divulgados na nota nº 6.b.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre contrato de Câmbio e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas Antecipadas

As Despesas Antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução nº 3.565/2008.

k) Avaliação do Valor Recuperável

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

m) Benefícios a Empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliadas trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota nº 23).

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 15):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto os repasses a maior efetuados à Capaf e as ações judiciais que foram honradas pelo Banco porém de responsabilidade daquela Caixa de Previdência que totalizam R\$170.835 (R\$169.617 em 31.12.2014). Atualmente, esses ativos se encontram totalmente provisionados.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos, é constituída provisão, a qual é calculada tendo como critério o valor estimado da perda média apurada nas condenações nos últimos 05 anos por grupos homogêneos, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação, atendendo assim, ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais e recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

p) Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Informações Trimestrais.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as Demonstrações Financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as informações trimestrais encerradas em 31 de março de 2015.

r) Uso de Estimativas

A elaboração de informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro

O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 4.007/2011, que trata do Pronunciamento Técnico CPC 23. Esse CPC tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das informações

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

trimestrais, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

t) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 14.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.03.2015	31.12.2014
Disponibilidades	31.522	50.478
Disponibilidade em moeda nacional	26.532	40.011
Disponibilidade em moeda estrangeira	4.990	10.467
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.240.235	337.998
Aplicações no mercado aberto	1.240.235	337.998
TOTAL	1.271.757	388.476

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31.03.2015	31.12.2014
Aplicações no mercado aberto	1.240.235	337.998
Posição Bancada	1.240.235	337.998
Letras Financeiras do Tesouro	218.598	40.001
Letras do Tesouro Nacional	981.637	120.000
Notas do Tesouro Nacional	40.000	177.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	163.234	210.629
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	199.501	246.896
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(36.267)
TOTAL	1.403.469	548.627
Circulante	1.403.469	548.627
Não circulante	-	-

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$36.267 (R\$36.267 em 31.12.2014), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no trimestre R\$40.677 (R\$32.156 no 1º trim/2014) e estão registradas como rendas de TVM.

6 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.03.2015	31.12.2014
Carteira própria – livres	5.475.357	6.455.433
Títulos Públicos	3.823.607	4.734.430
Letras Financeiras do Tesouro	3.517.208	3.425.895
Letras do Tesouro Nacional	-	999.867

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas do Tesouro Nacional	10.440	10.267
Certificados Financeiros do Tesouro	295.872	298.315
Títulos da Dívida Agrária	87	86
Títulos Privados	1.651.750	1.721.003
Debêntures	699.726	694.510
Cotas de Fundos de Investimento	163.271	154.229
Letras Financeiras	788.753	862.700
Notas Promissórias	-	9.564
Vinculados a operações compromissadas	40.067	310.733
Títulos Públicos	40.067	310.733
Letras Financeiras do Tesouro	40.067	310.733
Vinculados a prestação de garantias	81.601	78.737
Títulos Públicos	81.601	78.737
Letras Financeiras do Tesouro	81.601	78.737
TOTAL	5.597.025	6.844.903
Circulante	1.525.686	2.602.573
Não circulante	4.071.339	4.242.330

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 70,5% do total da Carteira (74,9% em 2014).

Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R\$80.176 (R\$77.979 em 31.12.2014) estão vinculados às câmaras de compensação, BM&FBovespa e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R\$1.425 (R\$758 em 31.12.2014) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários**a.1) Quanto ao vencimento**

	2015					TOTAL	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos		Acima 15 anos
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	-	710.012	-	-	-	710.012
Títulos Públicos	-	-	710.012	-	-	-	710.012
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	710.012	-	-	-	710.012
2-Títulos Disponíveis para venda	166.850	638.297	1.392.195	1.958.208	425.064	-	4.580.614
Títulos Públicos	-	13.006	792.713	1.719.202	403.943	-	2.928.864
Letras Financeiras do Tesouro	-	13.006	792.713	1.719.202	403.943	-	2.928.864
Títulos Privados	166.850	625.291	599.482	239.006	21.121	-	1.651.750
Debêntures	-	73.669	376.610	228.326	21.121	-	699.726
Cotas Fundos de Invest.-FIDC ⁽²⁾	30.911	-	22.010	10.680	-	-	63.601
Cotas Fundos de Invest.-FIREF	99.670	-	-	-	-	-	99.670
Outros Títulos - LF/NP	36.269	551.622	200.862	-	-	-	788.753
3-Títulos Mantidos até o vencimento	365	9.167	285	9	296.573	-	306.399
Títulos Públicos	365	9.167	285	9	296.573	-	306.399
Notas do Tesouro Nacional	365	9.080	285	9	701	-	10.440
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	295.872	-	295.872
Outros títulos públicos - TDA	-	87	-	-	-	-	87
TOTAL 31.03.2015	167.215	647.464	2.102.492	1.958.217	721.637	-	5.597.025
TOTAL 31.12.2014	558.510	352.568	4.005.203	1.599.591	299.004	30.027	6.844.903

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão.

a.2) Quanto aos ajustes

31.03.2015				
Custo	Mercado	31.12.2014	Ajustes	31.03.2015

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para negociação	710.158	710.012	(5.481)	5.335	(146)
Letras Financeiras do Tesouro	710.158	710.012	(144)	(2)	(146)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	(5.337)	5.337	-
Disponíveis para venda	4.584.560	4.580.614	(3.037)	(909)	(3.946)
Letras Financeiras do Tesouro	2.930.518	2.928.864	(1.695)	41	(1.654)
Debêntures	701.332	699.726	(665)	(941)	(1.606)
Cotas de Fundos de Investimentos – FIDC	64.287	63.601	(686)	-	(686)
Cotas de Fundos de Investimentos – FI REF	99.670	99.670	-	-	-
Outros Títulos Privados - LF	788.753	788.753	9	(9)	-
Mantidos até o vencimento	306.399	306.399	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	10.440	10.440	-	-	-
Certificados Financeiros do Tesouro	295.872	295.872	-	-	-
Outros títulos públicos - TDA	87	87	-	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$1.208 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$1.225 em 31.12.2014), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$686 (R\$686 em 31.12.2014) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$58.708 (R\$43.059 em 31.12.2014).

Do total das CFT's, o montante de R\$283.663 (R\$286.006 em 31.12.2014) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$55.733 (R\$40.657 em 31.12.2014).

No 1º trimestre de 2015, não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

O resultado com TVM totalizou no trimestre R\$218.346 (R\$182.187 no 1º trim/2014).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco da Amazônia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas posições e atender às necessidades, de acordo com limites e alçadas estabelecidas em seus normativos, possuindo ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento desses instrumentos, utilizando metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

O principal risco inerente a esses instrumentos derivativos é o risco de mercado que é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio, nos preços de ações e de *commodities*.

Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *hedge* de Risco de Mercado

	31.03.2015	31.12.2014
Instrumento de Hedge	Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Futuro de Juros	-	275.756
Total	-	275.756

Margem dada em garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
----------------------	-------------------	-------------------

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Letras Financeiras do Tesouro	-	64.120
Total	-	64.120

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Ajustes Financeiras Acumulados	-	(208)
Total	-	(208)

7 Carteira de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	31.03.2015			31.12.2014		
	Normais	Vencidas	Total	Normais	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.250.341	61.605	1.311.946	1.105.578	56.475	1.162.053
Títulos descontados	48.103	3.715	51.818	39.070	3.301	42.371
Financiamentos	1.248.934	11.613	1.260.547	1.181.785	12.435	1.194.220
Financiamentos rurais	894.011	8.753	902.764	792.619	9.231	801.850
Subtotal	3.441.389	85.686	3.527.075	3.119.052	81.442	3.200.494
Outros créditos	1.141	11	1.152	1.352	15	1.367
Diversos	1.141	11	1.152	1.352	15	1.367
Subtotal	3.442.530	85.697	3.528.227	3.120.404	81.457	3.201.861
Adiantamento sobre contrato de câmbio	22.946	2.924	25.870	24.136	4.765	28.901
TOTAL DA CARTEIRA	3.465.476	88.621	3.554.097	3.144.540	86.222	3.230.762
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(47.318)	(36.491)	(83.809)	(41.943)	(36.973)	(78.916)
(Outros créditos)	(5)	(3)	(8)	(6)	-	(6)
(Câmbio)	(140)	(2.926)	(3.066)	(143)	(4.765)	(4.908)
TOTAL DAS PROVISÕES	(47.463)	(39.420)	(86.883)	(42.092)	(41.738)	(83.830)
TOTAL LÍQUIDO	3.418.013	49.201	3.467.214	3.102.448	44.484	3.146.932

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

	0 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180	181 - 360	acima de 360	total da carteira
AA	601.155	68.470	115.571	111.784	85.016	227.755	1.209.751
A	515.527	375.481	94.060	286.231	216.156	90.178	1.577.633
B	152.883	9.262	15.467	341.238	60.049	1.848	580.747
C	5.805	676	239	1.091	1.877	2.991	12.679
D	3.247	130	933	2.518	716	48.887	56.431
E	6.748	29	2.117	291	83	273	9.541
F	2.192	493	2.107	357	27	-	5.176
G	295	15	1.275	21	6	21	1.633
H	3.505	1.252	369	5.142	1.581	36	11.885
TOTAL 31.03.2015	1.291.357	455.808	232.138	748.673	365.511	371.989	3.465.476
TOTAL 31.12.2014	1.626.100	229.176	69.308	459.085	513.524	247.347	3.144.540

Operações vencidas

	0 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180	181 - 360	acima de 360	total da carteira
B	15.430	1.785	5	-	-	-	17.220
C	1.725	10.390	1.980	321	-	-	14.416
D	844	600	4.429	1.624	4	-	7.501
E	118	262	620	5.597	687	-	7.284
F	918	749	596	5.173	1.880	-	9.316

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

G	24	181	131	4.359	852	-	5.547
H	332	337	222	4.754	20.581	1.111	27.337
TOTAL 31.03.2015	19.391	14.304	7.983	21.828	24.004	1.111	88.621
TOTAL 31.12.2014	21.648	13.289	9.076	12.945	23.498	5.766	86.222

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas, nos nove níveis de risco:

31.03.2015	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado	1.209.751	1.299.771	394.136	27.095	63.932	16.825	14.492	7.180	39.222	3.072.404
Rural	571.230	264.260	33.460	6.774	5.171	4.042	8.129	461	9.569	903.096
Indústria	290.818	289.525	191.696	2.520	2.321	4.985	625	3.446	1.698	787.634
Comércio	150.843	430.526	126.856	7.565	5.265	4.342	1.824	1.923	16.605	745.749
Serviços	20.452	264.149	23.178	2.338	47.715	175	2.662	88	3.275	364.032
Pessoas físicas	176.408	51.311	18.946	7.898	3.460	3.281	1.252	1.262	8.075	271.893
Setor público	-	277.862	203.831	-	-	-	-	-	-	481.693
TOTAL DA CARTEIRA	1.209.751	1.577.633	597.967	27.095	63.932	16.825	14.492	7.180	39.222	3.554.097
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31.12.2014										
TOTAL DA CARTEIRA	997.398	1.475.811	592.502	34.444	67.673	7.967	4.383	5.103	45.481	3.230.762
Provisão requerida e constituída	-	(7.379)	(5.925)	(1.033)	(15.858)	(2.390)	(2.192)	(3.572)	(45.481)	(83.830)

Com relação à constituição de provisão, algumas operações enquadradas no nível D estão agravadas com percentual superior ao exigido pela Res. CMN nº 2.682/1999, em função da análise do risco da operação.

Quanto aos Setores de Atividade Econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.03.2015	31.12.2014
Setor Público	481.693	487.866
Administração Direta	79.551	83.975
Administração Indireta	198.311	194.378
Atividades Empresariais	203.831	209.513
Setor Privado	3.072.404	2.742.896
Rural	903.096	802.261
Indústria	787.634	755.531
Comércio	745.749	684.751
Pessoas Físicas	271.893	259.799
Outros Serviços	364.032	240.554
TOTAL DA CARTEIRA	3.554.097	3.230.762

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	01.01. a 31.03.2015	01.01. a 31.03.2014
Saldos no início do período	(83.830)	(84.660)
Provisões constituídas	(17.384)	(14.077)
Valores baixados para prejuízo	14.326	9.924
Reversões	5	2
Saldos no fim do período	(86.883)	(88.811)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$864.686 (R\$852.589 em 31.12.2014).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$4.139 (R\$14.291 no 1º trim/2014).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito no período:

	1º trim/2015	1º trim/2014
Empréstimos	54.278	38.226
Títulos descontados	2.809	1.552
Financiamentos	62.436	20.688
Financiamentos rurais e agroindustriais	15.519	8.498
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.139	14.291
Total	139.181	83.255

Concentração dos principais devedores:

	31.03.2015	% da Carteira	31.12.2014	% da Carteira
10 maiores devedores	1.299.570	36,6	1.228.220	38,0
50 maiores devedores seguintes	960.640	27,0	794.886	24,6
100 maiores devedores seguintes	348.414	9,8	324.816	10,1
Demais devedores seguintes	945.473	26,6	882.840	27,3
TOTAL	3.554.097	100,0	3.230.762	100,0

8 Outros Créditos

Os Outros Créditos estão formados pelos valores demonstrados abaixo:

	31.03.2015	31.12.2014
Crédito tributário (nota nº 15.b)	997.538	994.248
Carteira de câmbio	31.278	27.444
Rendas a receber	51.296	56.623
Títulos e créditos a receber	25.377	29.100
Capaf	170.835	169.617
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(170.835)	(169.617)
Tecnologia	21.705	21.705
Outros	3.672	7.395
Câmbio	2.924	4.765
Remuneração OGU	712	2.594
Diversos	36	36
Devedores por compra de valores e bens	1.152	1.368
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 26.d)	43.518	44.748
Recursos Fiscais	409	409
Recursos Trabalhistas	34.425	35.655
Recursos Cíveis	8.684	8.684
Devedores para apuração de responsabilidades	11.387	8.729
Impostos e contribuições a compensar	13	25
Pagamentos a ressarcir	11.792	18.235
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	5.384	6.050
Saque a ressarcir rede compartilhada	627	508
Equalização – STN/FDA	1.054	6.987
Suprimento 24 Horas	1.905	1.940
Rebates – Res.4298/4299	1.258	1.214
Outros	1.564	1.536
Adiantamentos e antecipações salariais	9.315	-
Diversos	4.889	48.877
Provisão para outros créditos	(3.074)	(4.914)
TOTAL	1.184.481	1.224.483
Circulante	299.004	339.005
Não circulante	885.477	885.478

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica “outros créditos” o montante de R\$170.835 (R\$169.617 em 31.12.2014), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização foi constituída provisão total desse ativo.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2014) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato “Termo de acordo, composição e ajuste”.

Os valores da rubrica Outros incluem os títulos com características de concessão de crédito - operações desclassificadas de câmbio totalizando R\$2.924 (R\$4.765 em 31.12.2014), o valor a receber da taxa de remuneração dos recursos do OGU no montante de R\$712 (R\$2.594 em 31.12.2014) e créditos a receber diversos no valor de R\$36 (R\$36 em 31.12.2014).

O saldo de Devedores para Apuração de Responsabilidades, no valor de R\$11.387 (R\$8.729 em 31.12.2014), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

9 Permanente

	31.03.2015	31.12.2014
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
TOTAL	267	267
b) Imobilizado de uso		
Móveis e equipamentos em estoque	2.635	2.991
Imobilizações em curso	32.745	35.263
Imóveis de uso	64.484	64.275
Terrenos	2.664	2.664
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095
Edificações	50.612	49.514
Reavaliações de edificações	34.934	34.934
(-) Depreciação acumulada	(36.821)	(35.932)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.188	19.414
Instalações	2.570	2.182
Móveis e equipamentos de uso	48.199	47.067
(-) Depreciação acumulada	(30.581)	(29.835)
Outras imobilizações	27.356	28.389
Sistema de comunicação	1.239	1.331
Sistema de processamento de dados	86.549	85.538
Sistema de segurança	4.676	4.656
Sistema de transporte	304	304
(-) Depreciação acumulada	(65.412)	(63.440)
TOTAL	147.408	150.332
c) Intangível ⁽¹⁾		
Software desenvolvido e em desenvolvimento	188.966	185.969
(-) Amortização Acumulada	(80.560)	(77.182)
TOTAL	108.406	108.787

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo Permanente no trimestre está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31.12.2014	Adição (Inversões)	Baixa (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31.03.2015
Investimentos	267	-	-	-	267
Imob. de uso	150.332	1.201	-	(4.125)	147.408
Intangível	108.787	2.997	-	(3.378)	108.406
TOTAL	259.386	4.198	-	(7.503)	256.081

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.2015	31.12.2014
Limite para Imobilização	1.323.560	1.318.996
(-) Situação	(256.081)	(259.385)
Margem	1.067.479	1.059.611
Índice de imobilização	9,7%	9,8%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	31.03.2015			31.12.2014	
	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total	Total
À Vista	773.106	-	-	773.106	736.098
Poupança	590.079	-	-	590.079	586.661
Interfinanceiros	16.958	-	-	16.958	22.830
A Prazo	1.026.328	628.606	314.573	1.969.507	1.847.440
A prazo	323.565	623.462	295.998	1.243.025	1.242.248
Judiciais com remuneração	38.848	-	-	38.848	37.861
Especiais com remuneração	663.915	5.144	18.575	687.634	567.331
Sudam	531.294	-	-	531.294	415.093
Finam	128.423	-	-	128.423	123.101
FAT	3.732	5.144	18.575	27.451	28.796
Outros	466	-	-	466	341
TOTAL	2.406.471	628.606	314.573	3.349.650	3.193.029

Circulante	3.035.077	2.808.997
Não circulante	314.573	384.032

Depósitos Especiais Remunerados – Sudam é um benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23/12/2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$39.999 (R\$310.128 em 31.12.2014), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 12,1% (10,9% em 31.12.2014) e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	1º trim/2015	1º trim/2014
Despesas de Captações com Depósitos	63.087	51.217
A prazo	33.481	25.937
Poupança	11.535	8.882
Especiais	16.161	14.823
Interfinanceiros	169	129
Demais captações	1.741	1.446
Despesas de Captações no Mercado Aberto	7.141	1.009
Carteira própria	7.141	1.009
TOTAL	70.228	52.226

11 Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no período é de R\$29.912 (R\$37.268 em 31.12.2014), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,2% a.a. (1,2% a.a. em 31.12.2014) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por Repasses

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	31.03.2015			31.12.2014		
	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES
BNDES Finem	4,3	7	42.268	4,7	7	36.844
BNDES Industrial	7,2	18	285.841	7,1	11	276.630
BNDES Rural	2,6	7	29.038	3,0	5	21.787
BNDES Comércio	4,6	11	40.626	4,4	10	35.560
BNDES Serviços	6,8	10	7.830	6,9	8	6.080
Finep	1,5	12	940	1,5	12	940
Finame Industrial	1,6	7	41.894	1,6	7	33.287
Finame Rural	1,1	7	73.868	1,0	8	57.211
Finame Comércio	3,1	6	12.103	2,0	5	4.086
Finame Serviços	2,7	5	103.886	2,8	6	107.683
STN OGU	1,1	2	42.223	1,1	2	43.407
STN – Recoop	7,7	2	16	7,8	2	18
TOTAL			680.533			623.533

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	107.472	96.874
Não circulante	573.061	526.659

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa 26.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	727	1.917	2.015	5.209	15.369	4.975	12.056	42.268
BNDES Industrial	1.902	3.872	1.310	13.570	37.330	34.233	193.624	285.841
BNDES Rural	24	193	140	843	14.755	6.812	6.271	29.038
BNDES Comércio	353	1.534	349	4.090	9.279	7.233	17.788	40.626
BNDES Serviços	36	258	3	770	2.049	1.766	2.948	7.830
Finep	-	-	22	45	179	179	515	940
Finame Industrial	260	601	730	2.847	12.198	11.422	13.836	41.894
Finame Rural	6	4.408	419	2.181	20.355	18.207	28.292	73.868
Finame Comércio	105	324	317	1.435	3.449	2.819	3.654	12.103
Finame Serviços	1.624	3.312	4.755	10.827	41.125	33.304	8.939	103.886
STN OGU	24.561	2.529	3.155	3.945	7.996	18	19	42.223
STN – Recoop	1	2	2	4	3	3	1	16
TOTAL 31.03.2015	29.599	18.950	13.217	45.766	164.087	120.971	287.943	680.533
TOTAL 31.12.2014	29.371	11.355	13.493	42.654	136.816	95.212	294.632	623.533

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$42.223 (R\$43.407 em 31.12.2014).

No trimestre, não houve repasse pelo Tesouro (R\$4.534 no 1º trim/2014). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No trimestre, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$1 (R\$21 no 1º trim/2014) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$574 (R\$383 no 1º trim/2014).

13 Outras Obrigações

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.03.2015	31.12.2014
Constitucional de Financ. do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 19)	2.410.996	2.706.868
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	183.637	151.252
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 18)	82.160	81.827
Outros	78	78
TOTAL	2.676.871	2.940.025
Circulante	2.499.782	2.794.206
Não circulante	177.089	145.819

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº19), não apresentando vencimento.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2015	31.12.2014
Saldo no início do período	2.706.868	3.439.502
Repasse do Tesouro Nacional	599.451	2.026.261
Remuneração das disponibilidades	69.008	309.559
Amortizações de operações de crédito	506.011	2.384.528
Liberações de operações de crédito	(1.206.098)	(4.618.142)
Despesas com taxa de administração	(147.746)	(418.667)
Outras despesas (<i>Del credere</i> e auditoria)	(116.498)	(416.173)
Saldo no final do período	2.410.996	2.706.868

b) Outros saldos estão apresentados abaixo:

	31.03.2015	31.12.2014
Provisão para passivos contingentes	1.705.736	1.661.572
Ações trabalhistas (nota nº 26.c)	49.119	46.378
Ações cíveis (nota nº 26.c)	40.620	40.877
Provisão – FNO (nota nº 19)	709.287	700.409
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 26.c)	8.370	8.370
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	100.808	96.210
Provisão para plano BD Saldado (nota nº 23)	608.340	588.024
Provisão para plano Misto Saldado (nota nº 23)	154.799	150.160
Provisão para apuração de responsabilidade	11.391	8.736
Provisão contrato TI	21.699	21.699
Outras	1.303	709
Obrigações por aquisição de bens e direitos	47.642	55.592
Provisão para pagamentos a efetuar	74.609	69.680
Obrigações por convênios oficiais	29.126	30.074
Demais	34.741	46.318
TOTAL	1.891.854	1.863.236

Circulante	578.438	585.960
Não circulante	1.313.416	1.277.276

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de março de 2015 o montante corresponde a R\$123.343 (R\$118.529 em 31.12.2014).

c) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos a seguir o quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	31.03.2015	31.12.2014
Fundo de Pensão de Benefício Definido	391.989	380.885
Liquidados (nota nº 23)	333.881	322.337
Assistidos (nota nº 23)	58.108	58.548
Outros	145.920	152.230
Auxílio Saúde (nota nº 23)	145.920	152.230
TOTAL	537.909	533.115
Circulante	44.561	90.127
Não circulante	493.348	442.988

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados, a partir do exercício social em curso, quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999.

Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Res. CMN nº 4.192/2013, o Banco procedeu, ainda em 2014, a monetização dos referidos títulos, fechando o valor em R\$982.120. O Bacen concedeu autorização para a incorporação do valor recebido ao Capital Principal em 05.01.2015, por meio do Ofício nº 037/2015-BCB-Deorf/Difin, a partir das datas das monetizações, ocorridas em 16.12.2014, 23.12.2014 e 24.12.2014.

Em 31 de março de 2015, esse contrato importa em R\$1.003.104 (R\$1.003.019 em 31.12.2014) e destinado a título de remuneração o valor de R\$3.104 (não ocorreu no 1º trim./2014).

14 Patrimônio Líquido**a) Capital social**

Em 31 de março de 2015, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2014) é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	31.03.2015	31.12.2014
De domiciliados no país	2.964.592.681	2.964.592.681
De domiciliados no exterior	4.081	4.081
TOTAL	2.964.596.762	2.964.596.762

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	31.03.2015	31.12.2014
União	96,7%	96,7%
Administração Direta	51,0%	51,0%
Administração Indireta	45,7%	45,7%
Demais	3,3%	3,3%
TOTAL	100,0%	100,0%

b) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$24.996 (R\$25.230 em 31.12.2014) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações de reservas de reavaliação, no período, importaram em R\$390 (R\$1.574 em 31.12.2014), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

c) Incorporação de reserva estatutária ao Capital Social

Neste período, foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 09/12/2014, e homologado pelo Bacen em 09.04.2015, incorporação de 50% da reserva estatutária ao capital social, no valor de R\$403.583, sem alteração no número de ações, passando o capital social para R\$1.623.252.

15 Imposto de Renda e Contribuição Social**a) Provisões constituídas**

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	1º trim/2015		1º trim/2014	
	I R	CSLL	I R	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	147.574	147.574	69.013	69.013
Adições líquidas caráter permanente	295	341	415	415
Adições líquidas caráter temporário	82.043	82.043	99.596	99.596
Lucro tributável antes compensações	229.912	229.958	169.024	169.024
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	34.487	34.494	25.354	25.354
Adicional de Imposto de Renda (10%)	22.985	-	16.896	-
Incentivos	(1.426)	-	(1.014)	-
Valores devidos	56.046	34.494	41.236	25.354
Realiz.Res.Reav.e Diferido s/ MTM	1.237	741	(110)	(66)
Valores registrados em resultado antes ativação	57.283	35.235	41.126	25.288
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(4.552)	(2.731)	(4.196)	(2.518)
Valores efetivamente registrados no resultado	52.731	32.504	36.930	22.770
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	35,7	22,0	53,5	33,0

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No presente período, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado. Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Créditos tributários não ativados

No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$176.689 (R\$149.021 em 31.12.2014). No total de 2015, está incluído o valor de R\$109.431 (R\$103.575 em 31.12.2014) relativo ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de março de 2015, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado**a) Receitas de prestação de serviços**

	1º trim/2015	1º trim/2014
Administração de fundos e programas	143.820	122.377
FNO (nota nº 19)	141.276	119.214
Finam (nota nº 17)	1.897	2.744
Art.19 da lei 8.167/1991	54	-
FDA (nota nº 18)	17	35
Demais rendas	576	384
Outros serviços	7.609	4.579
Rendas de outros	7.609	4.579
Sub-total	151.429	126.956
Rendas de tarifas bancárias	24.467	29.600
Pessoa física	10.961	6.647
Pessoa jurídica	13.506	22.953
TOTAL	175.896	156.556

b) Despesas de pessoal

	1º trim/2015	1º trim/2014
Honorários	896	1.084
Benefícios	13.491	12.814
Encargos sociais	28.919	26.447
Proventos	70.612	58.345
Treinamento	667	1.761
Remuneração de estagiários	1.486	1.397
TOTAL	116.071	101.848

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras despesas administrativas

	1º trim/2015	1º trim/2014
Água, energia e gás	2.385	2.005
Aluguéis	3.131	2.699
Processamento de dados	11.319	12.049
Comunicações	7.597	7.548
Manutenção e conservação de bens	2.248	2.022
Material	280	265
Serviços de terceiros	5.291	4.140
Vigilância e segurança	6.150	5.510
Serviços do sistema financeiro	4.507	3.639
Promoções e relações públicas	87	379
Propaganda e publicidade	356	698
Publicações oficiais	323	703
Serviços técnicos especializados	4.488	1.828
Transporte	4.203	3.334
Viagens	1.592	1.525
Depreciação	4.125	3.528
Amortização	3.378	4.084
Demais despesas administrativas	1.543	1.050
TOTAL	63.003	57.006

d) Despesas tributárias

	1º trim/2015	1º trim/2014
ISS	1.695	1.319
Cofins	18.578	15.183
PIS/Pasep	3.019	2.467
Demais tributos	2.277	1.248
TOTAL	25.569	20.217

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	1º trim/2015	1º trim/2014
Del credere – FNO (nota nº 19)	116.367	94.781
Demais rendas operacionais	36.176	29.010
Recuperações de op.do FNO (nota nº 19)	28.722	12.149
Rendas de Del-credere - FDA	1.406	1.372
Receita de variação de taxas do FMM	-	8.176
Receita de variação de taxa de câmbio	82	2.438
Recuperação de encargos e despesas	2.218	1.544
Rendas sobre depósito compulsório	1.361	1.785
Reversão outras provisões operacionais	63	29
Demais receitas	2.324	1.517
TOTAL	152.543	123.791

Outras despesas operacionais	1º trim/2015	1º trim/2014
Despesas de provisão–FNO (nota nº 19)	47.306	81.272
Atualização de benefícios pós-emprego	14.725	15.503
Despesas de perdas operacionais	2.654	280
Despesas de fundos de investimento	2.795	2.744
Despesas de variação taxa câmbio	1.568	944
Passivos judiciais e legais	2.890	5.491
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	4.598	3.753
Desp.pós-emprego–assist/aux.saúde	6.197	2.498
Provisão ativos atuariais - Capaf	1.217	-
Atualização de Planos Saldados	40.841	24.965
Despesas com TVM	54	651

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas de variação de taxa FMM	3.396	4.567
Demais despesas operacionais	2.355	1.394
TOTAL	130.596	144.062

f) Resultado não operacional

	1º trim/2015	1º trim/2014
Receitas não operacionais	1.270	728
Lucros em transações com valores e bens	-	1
Reversão de outras provisões não operacionais	672	-
Outras rendas não operacionais	598	727
Despesas não operacionais	(27)	(48)
Outras Despesas não operacionais	(27)	(48)
TOTAL	1.243	680

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No trimestre, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$1.897 (R\$2.744 no 1º trim/2014).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.

No trimestre, não ocorreram liberações, não gerando, portanto, taxa de administração (R\$35 no 1º trim/2014). Quanto ao risco, a provisão é de R\$949 (R\$475 no 1º trim/2014), registrado em passivos contingentes.

A obrigação junto ao FDA, na nova modalidade que passou a vigorar no final de 2013, em que as operações liberadas passaram a ser com risco integral do Banco, está registrada em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$82.160 (R\$81.826 em 31.12.2014).

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º trim/2015	1º trim/2014
Taxa de administração	141.276	119.214
Del-credere	116.367	94.781
Recuperação de operações	28.722	12.149
Remuneração do disponível	(69.008)	(77.664)
Desp. provisão (risco compartilhado)	(47.306)	(81.272)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente.

O *Del-credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferi *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$28.134 (R\$6.943 no 1º trim/2014) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica “Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento”.

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta “Provisão para Passivos Contingentes”, cujo saldo acumulado é R\$709.287 (R\$700.409 em 31.12.2014).

No trimestre, o Banco procedeu à baixa de R\$38.428 (R\$32.002 no 1º trim/2014) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões está apresentada abaixo:

Nível de Risco	31.03.2015		31.12.2014	
	Financiamentos	Provisão	Financiamentos	Provisão
AA	5.719.739	-	4.283.725	-
A	6.875.551	17.188	7.328.889	(18.322)
B	1.351.927	6.760	1.586.744	(7.933)
C	557.634	8.364	477.551	(7.163)
D	320.154	15.997	289.487	(14.464)
E	118.757	17.810	99.384	(14.907)
F	82.492	20.623	62.855	(15.714)
G	97.108	33.985	93.489	(32.721)
H	1.177.343	588.560	1.178.616	(589.185)
TOTAL	16.300.705	709.287	15.400.740	(700.409)

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em “Depósitos Especiais com Remuneração”, do grupamento de “Depósitos a Prazo”, remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no trimestre, no montante de R\$1.724 (R\$2.114 no 1º trim/2014), conforme demonstrado a seguir:

Aplicado	Taxa	31.03.2015		31.03.2014	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
	TJLP	345	26.310	428	31.254
Proger urbano		345	26.310	428	31.254

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Disponível	TMS	24	1.141	26	2.344
Proger urbano		24	1.141	26	2.344
Principal		1.355	-	1.660	-
Proger urbano		1.355	-	1.660	-
TOTAL		1.724	27.451	2.114	33.598

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	31.03.2015		31.12.2014	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	2.549	9,3	2.118	7,4
De 31 a 90 dias	1.183	4,3	1.202	4,2
De 91 a 180 dias	1.780	6,4	1.784	6,2
De 181 a 360 dias	3.364	12,3	3.495	12,1
Mais de 1 ano	18.575	67,7	20.197	70,1
TOTAL	27.451	100,0	28.796	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destinam-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$28.375 (R\$29.896 em 31.12.2014).

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$183.637 (R\$151.252 em 31.12.2014).

22. Partes relacionadas

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 23 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas junto as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 17, 18, 19, 20 e 21.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no trimestre está demonstrado a seguir:

	1º trim/2015	1º trim/2014
Receitas taxa administração(nota nº 16.a)	141.276	122.377
Receita <i>Del-credere</i> do FNO(nota nº 16.e)	116.367	94.781

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa c/ remuneração do disp. do FNO	69.008	77.664
Despesa prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 19)	(47.306)	(81.272)
Despesas de contrib. patronal – Capaf	(2.745)	(2.423)
Atualiz. ajuste pós-emprego – Capaf (nota nº 16.e)	(61.763)	(42.966)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.03.2015	31.12.2014
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 20)	27.451	28.796
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	680.533	623.533
Tesouro Nacional	42.239	43.425
BNDES	405.603	376.901
Finame	231.751	202.267
Finep	940	940
Outras Obrigações	2.676.793	2.939.947
Fundo constitucional do Norte – FNO (notas nº 13 e 19)	2.410.996	2.706.868
Fundo da Marinha Mercante – FMM (notas nº 13 e 21)	183.637	151.252
Fundo Desenv. Amazônia– FDA - aplicado (nota nº 18)	82.160	81.827
TOTAL	3.384.777	3.592.276

23. Benefícios a empregados

Os planos saldados, implantados em 01.01.2013, com o objetivo de sanear o déficit dos planos de Benefício Definido e do Plano Misto ambos administrados pela CAPAF, permanecem sendo atualizados, mensalmente, de acordo com a variação do INPC IBGE e a taxa real de juros, conforme definido na IN PREVIC nº 09/2012.

O Banco vem mantendo, trimestralmente, o ajuste contábil de 50% do déficit dos planos de Benefício Definido – BD e Misto de Benefício – MB, os quais, a princípio, tiveram decretados pela PREVIC suas respectivas liquidações sendo, posteriormente, suspensa por decisão judicial. O cálculo é realizado de acordo com as regras da Del. CVM nº 695/2013.

Em razão da exaustão dos recursos financeiros do plano BD, o Banco vem complementando, mensalmente, a folha de pagamento do referido plano em cumprimento à decisão judicial.

Permanece em fase de instrução para posterior julgamento a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000 ingressada pela Advocacia Geral da União, em abril de 2014, perante o TRT da 16ª Região (MA) contra o SEEB/MA, visando rescindir decisão da 1ª Vara do Trabalho do Maranhão, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Em maio de 2014, o relator da Rescisória concedeu medida liminar determinando a suspensão do cumprimento da sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida. O Banco foi intimado a compor a lide. O SEEB/MA contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

Planos de Aposentadoria e Pensão

a.1) Planos Saldados

O valor inicial da obrigação em 2015, no montante de R\$738.184, é atualizado mensalmente, de acordo com a variação do INPC-IBGE e pela taxa máxima real de juros admitidas nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Esta nova obrigação referente aos planos saldados apresentou a seguinte movimentação:

	31.03.2015	31.12.2014
Valor da Obrigação no início do período	738.184	711.723
Atualizações	40.841	85.246

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(-) Valores Pagos	(15.886)	(58.785)
Saldo no final do período	763.139	738.184

a.2) Prevamazônia

Juntamente com os “Planos Saldados”, foi implantado o PrevAmazônia, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria Previc nº 585, de 05.08.2010. Esse plano se caracteriza como de contribuição definida e foi oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e para os empregados da ativa que fizeram opção pelos “Planos Saldados”.

a.3) Planos Liquidados – BD e Misto

Quanto aos planos BD e MB, que abrigam os beneficiários que não aderiram ao saldamento, foi decretada pela Previc a liquidação desses planos, através das Portarias nº 108 e 110 de 07.03.2013, publicadas no Diário Oficial da União de 08.03.2013. Entretanto, essa liquidação foi suspensa por decisão judicial, o que levou o Banco a retornar o repasse mensal referente a contribuição patronal.

A movimentação da provisão relativa aos planos liquidados está abaixo apresentada:

	31.03.2015	31.12.2014
Valor da Obrigação no início do período	322.337	321.686
Atualizações	18.531	34.361
(-) Valores Pagos	(6.987)	(33.710)
Saldo no final do período	333.881	322.337

Em decorrência da insuficiência dos recursos financeiros do plano PBD, o Banco, também em cumprimento a determinação judicial, vem repassando, mensalmente, os recursos necessários para honrar as obrigações dos planos com a folha de pagamento dos beneficiários do plano BD. No período findo em 31 de março de 2015, o valor do referido repasse totalizou R\$6.987 (R\$33.710 em 31.12.2014).

a.4) Assistidos

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981. Parte desses beneficiários aderiu ao plano saldado, passando a compor o quadro de Benefício Saldado.

a.5) Auxílio Saúde

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente.

De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano.

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	1º trim/2015	1º trim/2014
Liquidados - BD e Misto	817	761
Prev-amazônia	1.928	1.661
Total	2.745	2.422

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Planos	31.03.2015	31.12.2014
Saldados	763.139	738.184
Liquidados	333.881	322.337
Assistidos	58.108	58.548
Auxílio Saúde	145.920	152.230

Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Taxa de juros de desconto atuarial	14,9%	10,4%	15,1%	10,8%
Projeção de aumentos salariais	-	-	9,2%	5,5%
Projeção de aumentos reais dos benefícios	8,1%	4,5%	-	-
Taxa de inflação	8,1%	4,5%	8,1%	4,5%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	-	N/A
Projeção de aumento real dos custos de saúde	-	-	2,2%	2,2%

II – Demográficas

	Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Taxa de rotatividade	1,6%	1,6%	1,6%	1,6%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F
Tábua mortalidade/sobrevivência aposentados	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS	WINKLEVOSS	WINKLEVOSS	WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A

24. Remuneração Paga aos Empregados**a) Remuneração dos empregados (em R\$ unitários)**

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus empregados é de R\$5.882,15 (R\$5.266,59 em março/2014). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados correspondem a:

Empregados	31.03.2015		31.03.2014	
	Maior	Menor	Maior	Menor
Empregados	20.437,91	1.950,42	18.836,79	1.789,38
Vencimento básico	3.659,59	1.213,09	3.357,42	1.112,93
Adicional por tempo de serviço	1.094,87	-	1.004,43	-
Adicional de função comissionada	4.217,83	-	3.887,40	-
Gratificação especial mensal	2.990,76	411,27	2.749,75	377,32
Complem. pessoal temp. adicional de função	8.474,86	-	7.837,79	-
Acordo de trabalho	-	326,06	-	299,13

25. Processo de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gestão do risco definida pelo Banco da Amazônia tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades da Instituição, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados, de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

A gestão dos riscos é segmentada em risco de liquidez, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, cujas políticas para cada um desses riscos foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de Liquidez

A Política do risco de liquidez estabelece os limites para os índices de disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizados pela Gerência de Riscos.

Em 31 de março de 2015, os índices de disponibilidade de recursos de curto prazo do Banco mantiveram-se com bom nível de liquidez, o método conservador e moderado registrou disponibilidades de R\$2,820 e R\$3,134 bilhões de reais respectivamente, considerando que grande parte desses recursos são de títulos públicos de altíssima e alta liquidez.

b) Gestão do Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades de retorno dos créditos concedidos, atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

Foram adotadas as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às boas práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basileia II e III e da Resolução nº 3.721/2009:

1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco, focada nos mercados de varejo e de atacado. A aquisição incluiu implantação, instalação, parametrização, integração,

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do sistema. A solução está em fase de produção, com disponibilidade de acesso para as Gerências Executivas, e publicação de relatórios na intranet do Banco para acesso pela rede de agências.

A solução passa periodicamente por atualizações de versão, resultantes principalmente de demandas legais (Bacen), e por melhorias de processos operacionais de seus módulos de negócios.

As ações de Gestão de Risco de Crédito, realizadas principalmente com base na utilização dos dados da solução, estão descritas em cronograma de projeto, dentre as quais: o estabelecimento de limites de concentração setorial; disponibilização mensal de relatórios gerenciais; acompanhamento de indicadores de desempenho e outros relacionados ao risco de crédito; etc.

2. Contratação de empresa especializada em modelagem e remodelagem de risco de crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nºs 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito.

A consultoria entregou os relatórios referentes aos novos modelos por segmento, além de remodelagem das operações de tesouraria e operações estruturadas, apetite a risco, e documentação final consolidando as informações.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornarão ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito institucional e fortalecerá a respectiva aderência às políticas institucionais e às exigências do acordo de Basiléia II e III e da Resolução nº 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e remodelagem periódicas.

Iniciaram-se as ações para aquisição de um novo sistema de avaliação de risco de crédito para a instituição, que irá abranger a avaliação de risco dos clientes e das operações, além de disponibilizar informações para o cálculo da provisão das operações de crédito, definindo o nível de risco de arrasto, conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999. O processo encontra-se em fase de finalização do termo de referência para publicação do edital do processo licitatório.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a suficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito. O projeto teve seu escopo inicial alterado para atender a necessidade do Banco referente a garantias de direitos creditórios (recebíveis), principalmente da área de fomento.

Estão em desenvolvimento as alterações do sistema de crédito para que seja integrado com os sistemas de garantias, de cadastro, de recebíveis e de crédito comercial. Desta forma, o sistema será disponibilizado para produção, com previsão para abril de 2015.

c) Gestão do Risco de Mercado

A gestão do Risco de Mercado definida pelo Banco estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular Bacen nº 3.354/2007.

O *Value at Risk* (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Bacen.

Em termos de aplicação de recursos, o Banco mantém alocação de 95,4% do valor de mercado (MtM) da sua carteira em papéis indexados à Selic e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$1.020 (R\$4.488 em 31.12.2014), o que representa um percentual de 0,02% do valor de mercado total da carteira.

d) Risco Operacional

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perda resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoas, sistemas ou eventos externos. A gestão consolidada deste risco é responsabilidade de uma unidade específica, operacionalmente independente, sem conflito de interesses, que está vinculada à Diretoria de Controle, cujo diretor é responsável pela gestão do risco operacional perante o Banco Central, não mantendo responsabilidades pela gestão de recursos de terceiros e tem sido calcada, principalmente, em melhorias dos aspectos qualitativos, que estão relacionados à otimização de controles, processos e procedimentos.

e) Gestão de Capital

No sentido de aprimorar sua gestão de capital e alinhado às determinações do Conselho Monetário Nacional (Res. CMN nº 3.988/2011), o Banco implantou estrutura de gestão de capital inicialmente formada por um projeto corporativo, que tem como responsável perante o Banco Central o Diretor de Controle e Risco.

O projeto envolve diversas áreas do Banco e para isso foi formado um Comitê composto por representantes das áreas com maior participação no contexto de Basileia III.

O Banco possui políticas, estratégias e ferramentas para identificação e avaliação dos riscos a que está exposto, inclusive aqueles não abrangidos pelo patrimônio de referência exigido (PRE).

f) Índice de Basileia (limite operacional)

A partir de 01.01.2015, as instituições financeiras passaram a enviar mensalmente ao Bacen os documentos 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados) e 2071 (informações de conglomerados financeiros e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados), conforme Circular 3.726 de 06.11.2014.

O cálculo para apuração do PR foi realizado em atendimento à Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.03.2015	31.12.2014
Patrimônio de Referência (PR)	2.647.119	2.637.993
PR Nível I	2.647.119	2.637.993
Capital Principal	2.647.119	2.637.993
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	15.051.463	15.071.072
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	14.249.217	13.638.519
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	53.542	692.831
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	748.704	739.722
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	677.316	678.198
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	903.088	828.909

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.655.661	1.657.818
Parcela de risco de mercado (Rban)	3.631	1.290
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	1.969.803	1.959.794
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.744.031	1.809.084
Margem sobre o PR Mínimo Requerido	991.458	980.175
Margem sobre o PR Mínimo Requerido incluído R _{BAN}	987.827	978.885
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	17,6%	17,5%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	17,6%	17,5%
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,6%	17,5%

- (1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.
(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.
(3) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

26. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às boas práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com Basileia.

As análises de sensibilidade são realizadas, rotineiramente, com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos da Carteira negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		Março/2015 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	-	75.282	142.069
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	1.014	11.980	22.996
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	-	-	-
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	6	278	523
Total		1.020	87.540	165.588

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários, considerando informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, Bacen, etc) em 31 de março de 2015:

Cenário 1: A base deste cenário são as condições normais de mercado para os fatores de risco, tais como a curva de taxa de juros futuros DI e o câmbio do dia. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$3,21 e a taxa DI de 1 ano no nível de 12,6%a.a. Neste cenário, o VaR apresentado foi de R\$1.020.

Cenário 2: Foi aplicado estresse de 25% sobre os dados acima (cenário 1). Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$4,01, e a taxa DI de 1 ano no nível de 15,7%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

curvas ou preços. O resultado de VaR foi acima de R\$87.540.

Cenário 3: Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário 1, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$4,81 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 18,9% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços. O total de VaR nesse cenário foi de R\$165.588.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de março de 2014. Os resultados ratificam o perfil conservador do Banco, que mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre todo o cenário de referência, apresentaram baixa variação no valor das posições detidas pela instituição, em que o maior resultado de exposição foi R\$165 milhões.

27. Demonstração do resultado abrangente

	1º trim/2015	1º trim/2014
Lucro líquido do Período	62.338	9.313
Outros Resultados Abrangentes	4.944	(10.037)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.554	(10.426)
Próprios – TVM Ajuste	(910)	(2.234)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	5.464	(8.192)
Realização da Reserva de Reavaliação	390	389
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	(1.978)	3.919
Sobre a marcação a mercado	364	890
Sobre a realização da reserva	(156)	(155)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	(2.186)	3.184
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	2.966	(6.118)
Resultado Abrangente do Período	65.304	3.195

28. Outras Informações**a) Avais e fianças prestados**

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.03.2015	31.12.2014
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	8.239.110	7.788.490
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	123.342	118.529
TOTAL	8.362.452	7.907.019

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$127.096 (R\$127.096 em 31.12.2014), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas – Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Utiliza-se como critério de provisão o valor estimado da perda média apurada das condenações nos últimos 5 anos por grupos homogêneos, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 DE MARÇO DE 2015**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação.

Outros – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$8.370 (R\$8.370 em 31.12.2014).

A movimentação da provisão no período está abaixo especificada (nota nº 13.b):

	Saldo em 31.12.2014	Adição	Utilização	Saldo em 31.03.2015
Trabalhista (Indenizações)	46.378	7.843	(5.102)	49.119
Cível/Fiscal	40.877	2.904	(3.161)	40.620
Fundos de Investimento	8.370	2.795	(2.795)	8.370

A metodologia aplicada para provisionamento, com base nas perdas médias, prevê a atualização anual da base e dos fatores de ponderação que compõem o cálculo por matéria/ação, o que neste momento, substitui a atualização monetária. Estão sendo realizados estudos para implantação de índices de correções para os registros de condenações.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências estão abaixo demonstrados (nota nº 8):

	31.03.2015	31.12.2014
Demandas Trabalhistas	34.425	35.655
Demandas Fiscais	409	409
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total	43.518	44.748

Finam

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$25.399 (R\$27.152 em 31.12.2014), com base no valor patrimonial da cota em 31 de março de 2015. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

e) Relacionamento com Auditores Independentes

Os auditores independentes no decorrer do período findo em 31 de março de 2015, não prestaram outros serviços que não os relacionados a auditoria externa.

Maria de Belém Silva Cotta

Contadora

CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Limitação de escopo relacionada às provisões para contingências previdenciárias dos planos de benefícios liquidados
Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 13 e nº 23, o Banco possui registrado, em 31 de março de 2015, o montante de R\$333.881 mil (R\$322.337 mil em 31 de dezembro de 2014), que julga ser necessário para cobrir as prováveis saídas de recursos decorrentes das diversas demandas judiciais contra a CAPAF e o Banco, impetradas pelos participantes e assistidos dos planos de benefícios. O referido montante foi apurado com base nos critérios definidos pela Deliberação CVM nº 695/12, porém considerando a paridade contributiva de 50%, sem estudos individualizados por processos judiciais e assumindo que os participantes e assistidos teriam capacidade e condições para arcar com 50% da obrigação atuarial. Conseqüentemente, considerando a ausência de estudos individualizados e o provisionamento parcial com base na paridade contributiva de 50%, não nos foi possível concluir se o montante provisionado é suficiente para suportar as saídas de caixas futuras que poderão ser requeridas quando dos desfechos dos processos judiciais, bem como sobre a movimentação ocorrida no período de três meses findo em 31 de março de 2015 nas rubricas "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido créditos no montante de R\$3.278 mil e na despesa com benefícios pós-emprego débitos no montante de R\$20.922 mil (débitos no montante de R\$4.776 mil e débitos de R\$18.001 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2014, respectivamente) e os respectivos créditos tributários constituídos sobre o montante dessa provisão, no montante de R\$97.452 mil (R\$95.108 mil em 31 de dezembro de 2014).

Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para conclusão com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Ênfases

Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios.

Avaliações atuariais anuais dos contratos de saldamento dos planos de benefícios

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23, que evidencia que o Banco possui registrado, em 31 de março de 2015, como outras obrigações no passivo circulante e não circulante o montante total de R\$763.139 mil (R\$738.184 mil em 31 de dezembro de 2014) decorrente do reconhecimento do saldamento dos planos de benefícios previdenciários. As liquidações financeiras da referida obrigação poderão ocorrer por valores diferentes daqueles consignados nas informações contábeis

intermediárias no trimestre findo em 31 de março de 2015, pelo fato de existir previsão contratual de reavaliações atuariais anuais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro dos pagamentos dos benefícios aos assistidos

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco da Amazônia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas Informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 15 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2